



A UNIVERSIDADE E O FENÔMENO DO ENVELHECIMENTO

Fabiola Andrade Pereira

Eliseu Riscarolli

Universidade Federal do Tocantins – fabagnes@uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins – eriscarolli@uft.edu.br

RESUMO

Nas três últimas décadas, assistiu-se a um crescimento expressivo do número de idosos em todo o mundo e da discussão que envolve o envelhecimento humano e suas interfaces. A literatura que descreve e analisa esse fenômeno tem se ampliado a partir de diversas disciplinas e perspectivas tornando-o um campo intelectual em constante construção. Um indicador desse crescimento tem sido a expansão de estudos voltados ao tema e a execução de ações e práticas educativas realizadas em diferentes espaços, como por exemplo a Universidade da Maturidade no Tocantins, que vem a dez anos, realizando ações nesse sentido. Nessa direção o texto em questão, procura fazer uma reflexão acerca do papel da Universidade frente a esse fenômeno e de forma específica busca apresentar a experiência com idosos oriundos da UMA - Universidade da Maturidade no Estado do Tocantins e, em especial, aquela realizada no Campus Universitário de Tocantinópolis, na região do bico do Papagaio.

PALAVRAS - CHAVE: Universidade; Envelhecimento; Idosos; Universidade da Maturidade.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a formação educacional continuada dos Idosos somada a busca por alternativas de melhores condições de vida, e ainda à necessidade de que este sujeito possa estar continuamente preparado para acompanhar as transformações ocorridas no mundo, acarretam a necessidade de se criar espaços que sejam vistos como alternativas educacionais e, nesse sentido, as Universidades Abertas à Terceira Idade consolidam-se como essas alternativas, o que tem dado a velhice maior expressividade, pois busca favorecer através de suas atividades, o bem-estar subjetivo, contribuindo,



consequentemente, para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que as procuram.

Entrementes, a Universidade enquanto instituição promotora do conhecimento, tem tido um papel importante no trato do envelhecimento. Tal instituição tem procurado não só aprofundar o conhecimento e compreensão deste fenômeno - que sabemos é extensível a todo mundo - mas tem procurado, através de suas ações, tanto no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, encontrar pistas sobre possíveis respostas aos desafios relacionados a saúde, a educação e a qualidade de vida das populações envelhecidas. Assim, ela tem sinalizado não só a necessidade de abrir as janelas àqueles que desejam aprender na idade mais avançada, mas também tem ajudado a dar visibilidade às necessidades culturais, educativas, sociais e psicológicas a esse novo segmento etário.

Destarte, esse trabalho procura apontar o papel desta instituição frente a esse fenômeno. Busca ainda apresentar a experiência com idosos oriundos da UMA - Universidade da Maturidade no Estado do Tocantins e, de forma específica, aquela realizada no Campus Universitário de Tocantinópolis, situado no extremo norte do Estado. O foco central dessa investigação - que se pautou num estudo de caso -, se deteve a uma análise sobre os estilos de aprendizagem dos idosos participantes e sua implicação para uma melhor qualidade de vida e nesse sentido, procurou compreender o papel da universidade - entendida como espaço de convivência e aprendizagem - e sua implicação na vida e bem estar dos idosos participantes desta pesquisa.

O relatório Delors da UNESCO põe em discussão a necessidade de superar um conjunto de tensões que estão presentes no mundo contemporâneo propondo o conceito de educação ao longo de toda a vida, uma vez que o tempo da infância e da juventude consagrado à educação escolar, o tempo da atividade profissional adulta e ainda o tempo da aposentadoria atrelado à velhice, não mais

constitui uma realidade no mundo atual. A premissa básica defendida no documento é que o conhecimento deve ter início na infância e se estender até o fim da vida, pois “a educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas” (DELORS, 1999, p 103).

Vê-se com isso que o processo de envelhecimento da população tem conduzido a sociedade à busca de alternativas que visem a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida. Só estaremos preparados para enfrentar as demandas do futuro, a descobrir o tesouro mencionado por Delors, se de fato incluirmos com seriedade os Idosos nas ações políticas governamentais. Dessa maneira, pensar o prolongamento da vida significa incluir a discussão da velhice e do envelhecimento no âmbito deste debate. Nesse sentido, convém aclarar que não só a perspectiva biológica está em curso. A velhice concebida, hoje, enquanto construção social, histórica e cultural tem um lugar diferenciado em todos os espaços.

Desta forma, o interesse partilhado pela temática se traduz de forma intensa através de diferentes ações e metas que visam o enfrentamento nos desafios de ordem social, econômica e educacional em todo o mundo. A ela tem sido dedicada certa atenção uma vez que o interesse pelo tema presume o surgimento de novo paradigma que leva em consideração dentre outras questões a necessidade de assegurar oportunidades de aprendizagem para todos, durante toda a vida e nesse sentido a aprendizagem ao longo da vida é essencial, pois ela ajuda na sobrevivência e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos põe em evidência o poder transformador do tema no enfrentamento dos desafios que se colocam no contexto atual (GRALE, 2009). Os argumentos e informações contidos no mesmo apresentam uma visão panorâmica da aprendizagem e educação de

adultos, destacando a necessidade de possibilitar o aproveitamento pleno e dos diferentes saberes e experiências dos sujeitos, com o intuito de beneficiar através da aprendizagem condições a todos, principalmente aqueles que se encontra em situações de vulnerabilidade. As informações contidas neste documento somam força e contribuem na construção de um argumento em prol da educação para todas as fases da vida, pois o que se busca é consolidar através deste paradigma a cidadania ativa e a participação social de todas as pessoas, em todos os espaços e nos diferentes níveis. Nesse sentido, a educação e aprendizagem ao longo da vida constituem-se enquanto:

Proposta geral destinada a reestruturar o sistema de educação já existente e desenvolver todo o potencial educacional fora do sistema educacional. Nessa proposta, homens e mulheres são os agentes de sua própria educação, por meio da interação contínua entre seus pensamentos e ações; ensino e aprendizagem, longe de serem limitados a um período de presença na escola, devem se estender ao longo da vida, incluindo todas as competências e ramos do conhecimento, utilizando todos os meios possíveis, e dando a todas as pessoas oportunidade de pleno desenvolvimento da personalidade; os processos de educação e aprendizagem nos quais crianças, jovens e adultos de todas as idades estão envolvidos no curso de suas vidas, sob qualquer forma, devem ser considerados como um todo” (Extraído da Recomendação sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos, UNESCO, 1976, p. 2). (GRALE: 2009. p.13).

Assim, a preocupação com o tema se torna especialmente importante em um contexto no qual a Educação de idosos tem sido uma preocupação mundial. Certamente que foi a necessidade de (re) conceituar a educação como processo que exige a adesão e o compromisso de todas as pessoas o que fez Educação de Idosos tornar-se um direito. “Direito esse que satisfaz uma vocação que é ontológica ao ser humano: o de “querer ser mais” É sabido que ao exercitar sua vocação, o ser humano faz História, muda o mundo e em convivência com os demais, (re) pensa sua existência, e em consequência transforma sua realidade.

METODOLOGIA

A apreensão crítica desta realidade somada ao interesse em entender em que medida a educação tem contribuído com o fenômeno do envelhecimento, ganhou força, à medida que começou-se a observar e entender que não só indicadores biológicos, sociais e econômicos eram necessários para que viéssemos perceber que o contexto da transição demográfica tem revelado um processo generalizado no qual as sociedades estão mais envelhecidas, era preciso bem mais que isso.

Fez-se necessário apreender que o fenômeno do envelhecimento, apesar de repercutir de forma diferente nos diversos países, ressoa de forma intensa em todas as esferas da sociedade, e que, cabe a ciência acompanhar essas transformações, bem como contribuir na obtenção de respostas satisfatórias aos diversos aspectos que envolvem tal fenômeno.

Esta preocupação teve como base os desdobramentos oriundos dos fóruns globais sobre envelhecimento (I Assembleia Mundial do Envelhecimento realizada em Viena, na Itália, em 1982; II Conferência Intergovernamental sobre o envelhecimento, ocorrida em Novembro de 2003, em Santiago, no Chile; II Assembleia sobre o envelhecimento realizada em Madrid, na Espanha, em abril de 2002, da Declaração Política e do Plano de Ação Mundial para o Envelhecimento e na III Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe, ocorrida em Costa Rica em Maio de 2012, entre outras), e no caso específico brasileiro a Política Nacional do Idoso, regulamentada por meio da Lei de nº 8.842 de 4 de Janeiro de 1994 e o Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) o qual amplia o direito a educação dos cidadãos com idade acima de 60 anos, uma vez que, no Brasil, a inclusão dos idosos em situações de ensino já é uma realidade em diversos lugares, a exemplo do estado do Tocantins que desde 2006 vem através da UMA/UFT realizando ações nesse sentido.

Sabe por sua vez que a evolução histórica do método científico aponta que foram muitos os pensadores e filósofos que buscaram por meio de suas investigações, legitimar e definir um tipo de método que seria, aplicável a todas as ciências e a todos os ramos do conhecimento fato que bem sabemos, ocasionou no surgimento de diferentes teorias e/ou correntes de pensamentos, em sua grande maioria conflituosas entre si.

Nesse sentido, a “publicização” do conhecimento tem induzido os cientistas a encontrarem respostas às suas indagações desde que sejam respaldadas e sistematizadas por meio de procedimentos metodológicos pertinentes. Esse aspecto nos conduziu ao entendimento de que as diferentes formas de ver e fazer Ciência, implicam necessariamente na escolha de um método que tenha por objetivo a melhoria do conhecimento e ainda na descoberta de novos fatos e fenômenos.

Tal maneira de ver a evolução da ciência ocasionou na tentativa de ordenar uma base lógica para esta investigação. Desta forma, buscou-se eleger um método que nos auxiliasse na escolha dos procedimentos, técnicas e instrumentos de investigação que fossem pertinentes para o entendimento de nossas inquietações, e assim possibilitar uma compreensão ampla acerca do fenômeno a ser investigado. Isso por que nosso objeto tem mostrado que “as condições epistêmicas” de nossa pergunta estavam obviamente circunscritas numa transição paradigmática e, por sua vez, vinculadas a dois enfoques e/ou vertentes investigativas: O estudo do tipo etnográfico e o estudo de caso, posto que dependendo do objeto a ser investigado e do tipo de pesquisa, já se admite na atualidade a convivência, e até a combinação, de métodos científicos diferentes.

Destarte, este estudo apontou para o reconhecimento do Idoso enquanto sujeito de direito em uma conjuntura a qual a própria sociedade o nega. É essa a razão pela qual optamos pelo Estudo do tipo Etnográfico e o Estudo de Caso, pois se falamos de um fenômeno que se globalizou (envelhecimento) e

que, conseqüentemente, tem obrigado a sociedade a buscar alternativas para melhorar a qualidade de vida desse segmento etário que se encontra em situação de vulnerabilidade em todos os sentidos, logo entenderemos que nesse contexto, o Estudo do tipo Etnográfico e o Estudo de Caso podem ser considerados também instrumentos para destacar o presente, ou seja, poderá servir para nos ajudar a entender porque os seres humanos interiorizam as tradições, valores e normas do contexto em que vivem, uma vez que é sabido que por um lado o estudo do tipo etnográfico permite descrever e/ou reconstruir de forma analítica o objeto em estudo, (re)criando, para o leitor, as crenças compartilhadas, práticas, artefatos, conhecimentos e comportamentos de um grupo de sujeitos (Idosos) e por outro, o estudo de caso nos permitiu durante todo o processo de tessitura desta pesquisa, conhecer o fenômeno dentro do seu contexto real.

CONCLUSÕES

As presenças das UnATIS evidenciam que o crescimento da população idosa tem se tornado uma realidade e isso se dá não só em razão do crescimento numérico, mas sobretudo pelo progresso referente do nível de vida de parte desse grupo. Dessa forma, percebe-se que investir na educação e na qualidade de vida na velhice é um desafio em benefício da saúde social e econômica de toda a sociedade.

Vemos que ao estudar a velhice na atualidade é antes de tudo compreender que é possível romper preconceitos e esteriótipos. É pensar e realizar um trabalho voltado às necessidades biopsicossociais e espirituais desses sujeitos, para que sejam cidadãos competentes, aptos a viverem numa sociedade em mudança.

Vimos também que no Brasil, o tema atravessa os tempos apresentando-se, na maioria das vezes, despercebido por entre os dispositivos

constitucionais e pela própria academia. Por outro lado, nos dias atuais, o crescimento da população idosa, tem colocado a sociedade brasileira frente a essa discussão, fato que tem impactado em ações efetivas no âmbito da legislação do país. Assim, pode-se dizer que, os avanços e compromissos do Brasil, nos âmbitos legislativo, administrativo, programático e institucional, têm sido fortalecidos por meio do protagonismo dos Idosos nos processos democráticos na tentativa de prospectar uma sociedade para todas as idades.

A Constituição Federal de 1988 e outros dispositivos constitucionais (Lei de Nº 8.842/94 que dispõe sobre a Política Nacional da Pessoa Idosa e a lei de nº 10741/03 que institui o Estatuto do Idoso) por exemplo, pontuam de forma incontestável a necessidade de atentar para o tema evocando de forma geral o direito a uma velhice digna, ativa e respeitosa. Esses dispositivos vislumbram a necessidade de pensar a educação como elemento essencial da vida do idoso, isso por que pensar na possibilidade de educação para idosos é pensar sem sombra de dúvidas em instrumentos que assegurem a melhoria do bem estar e da qualidade de vida desse segmento da população. Acreditar nisso é lutar por uma educação promotora de mudanças e transformações

A esse respeito, vê-se que as oportunidades educacionais propiciadas por intermédio das Universidades da Terceira Idade podem ser consideradas, portanto, como importante instrumento, porque se acredita que as aprendizagens adquiridas intensificam os contatos sociais, permitem a troca de experiências e de conhecimentos, bem como o aperfeiçoamento pessoal. Nessa direção, Cachioni (1998), (2008) salienta que: “Os programas educacionais para idosos funcionam como instrumento para prolongar, até a terceira idade, o processo de socialização que se inicia na infância, atravessa a adolescência, atinge a idade adulta e a velhice” (p.07).

Percebe-se com isso que a educação destinada aos idosos por meio das experiências das UnATIS enquanto prática de extensão com grande



significado e de forma específica aquela propiciada pela Universidade da Maturidade no Tocantins podem ser compreendidas enquanto um processo que propicia não só a aquisição de novos conhecimentos, mais também a atualização e a participação em atividades das mais variadas naturezas (culturais, sociais, políticas e de lazer). Isso leva a crer que: “O desenvolvimento deste tipo de atividade corresponda, em todo o mundo, a uma forte e firme tendência, capaz de reorientar a educação no seu conjunto, para uma perspectiva de educação permanente” (CACHIONI, 1998, p.24).

Essa perspectiva nos faz destacar que a aprendizagem ao longo da vida deve ser considerada enquanto elemento de valorização do saber popular, pois ela ocupa lugar central no debate epistemológico e teórico atual, representando emblema basilar da mudança de paradigma dentro das questões que envolvem a educação de idosos na contemporaneidade.

Em face aos argumentos expressos, podemos afirmar que as experiências educativas oriundas das UnATIS têm permitido aos Idosos a superação de barreiras que eventualmente os impediram de obter uma educação quando mais jovens. Tais experiências contribuem com o rompimento da ideia de que a velhice está associada a alguns estereótipos depreciativos (lentidão, semimorte, doença, decadência, abandono e sofrimento). As UnATIS, nesse sentido, dão a esta fase da vida um novo olhar, pois o Idoso constitui um ser aprendente, pois aprender torna-se, também, uma prioridade de auto-organização da vida.

Assim, a aprendizagem constitui-se enquanto um processo de (re)construção e (re)apropriação de conhecimentos, habilidades e atitudes. Ela, por sua vez, conduz a um novo significado da própria experiência vivida e a uma transformação pessoal de cada sujeito envolvido. Sendo assim, uma possibilidade para todos e em qualquer tempo. Dessa forma, a necessidade humana de desenvolvimento contínuo nos mostra que, independentemente de idade ou nível

social, estamos sempre em busca de alargar e realizar nosso potencial humano, pois aprendemos para viver e vivemos para aprender.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil, Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estatuto do Idoso. Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Brasil, Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Política nacional do idoso. Lei de Nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Brasil, Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Política nacional do idoso. Lei de Nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Brasil, Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República federativa do Brasil, 1998.

Delors, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC / UNESCO, 1999.

Cachioni, Meire. Universidade da terceira idade. In NERI, Anita Liberalesso (Org). Palavras-chave em Gerontologia. 3ª Ed. Campinas, SP: Alínea, 2008 (Coleção Velhice e Sociedade).

Cachioni, Meire.. Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade: A experiência dos alunos da Universidade São Francisco / Meire Cachioni. - Campinas, SP: [s.n.], 1998. Dissertação de Mestrado.

Grale. Relatório Global de Educação e Aprendizagem de Adultos. UNESCO, Brasília, 2009. Disponível em <
<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001886/188644por.pdf>>. Acesso em
23/06/2015.



4º CIEH

CONGRESSO INTERNACIONAL DE
ENVELHECIMENTO HUMANO

Longevidade: Transformações, Impactos e Perspectivas

24 A 26 DE SETEMBRO DE 2015



(83) 3322.3222
contato@cieh.com.br
www.cieh.com.br